

14 OUT 1987

## Um caso de "subcultura" e um do pior "oportunismo"

"O Cruzado e a moratória, por mais irracionais e desastrosos, ainda são equívocos reversíveis. Deixam cicatrizes, mas não nos condenam à metástase. Realmente grave, isto sim, é a espada de Dâmocles que a nossa Constituinte colocou em órbita sobre os 8,5 milhões de quilômetros quadrados deste Brasil. O apelidado 'progressismo' do anteprojeto da Comissão de Sistematização é a confluência da subcultura com o oportunismo. Subcultura é a sensibilidade inconsequente que, querendo o bem, pratica o mal — ou seja, aquele conjunto de boas intenções que pavimentam o inferno. Oportunismo é a tentativa de preservar o que nenhum direitista americano tem coragem de defender — o capitalismo cartorial. É precisamente na preservação desse sistema de favores, através do qual o Congresso finge acreditar na possibilidade de o Estado resolver todos os problemas nacionais, que está o mais sério risco para o futuro do País. Na verdade poucos são tão tolos a ponto de acreditar que o Estado vá fazer tanto por quem não tem nada. Aquilo em que se acredita, e precisamente aquilo que se deseja manter, é a capacidade do Estado de resolver os problemas de uma elite política, econômica e financeira utilizando o dinheiro do contribuinte e fazendo de conta que está promovendo o bem público. Tocam xaxado para poder continuar tomando champanhe."

O tema que comentaremos abaixo é uma ilustração perfeita do acerto do diagnóstico feito pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen no brilhante (e preocupante) artigo que publicou na Veja desta semana, especialmente da parte desse diagnóstico que sublinhamos na citação.

Quanto ao acerto da primeira parte da citação, mais genérica, que deixamos de sublinhar, traduz apenas uma outra constatação consagrada pela História desde que a Humanidade, com o recurso à técnica e, depois, à técnica da técnica que é a tecnologia, superou a grande limitação que, até então, determinara todos os seus movimentos, que era a limitação da sua capacidade de produção. Depois que, com a Revolução Industrial e seus desdobramentos, até a Revolução Tecnológica, superaram-se todas as limitações físicas à produção; depois que a possibilidade de produzir tornou-se tecnicamente ilimitada, passando o problema maior a ser não mais o de administrar a carência mas o de administrar a fartura e o excesso, a única explicação para a falta de desenvolvimento econômico, a fome e as carências em geral passaram a ser políticas e não mais econômicas.

Assim, está completamente certo o ex-ministro Simonsen quando diz que todos os erros técnicos, se é que se pode chamá-los assim, que temos cometido podem "deixar cicatrizes", mas "não nos condenam à metástase". Suas consequências seriam mínimas se aprendêssemos com eles, se os corrigíssemos e se não reincidíssemos neles. O problema é que esta Constituinte quer institucionalizar esses erros, fazendo deles regras incontestáveis e fechando os caminhos a qualquer possível acerto futuro. Daí a ameaça de uma "metástase" que poderá matar-nos.

Não é preciso, aliás, nos estendermos neste aspecto do problema. Todos os brasileiros conscientes já têm amargado suficientemente o erro que cometeram caindo na armadilha eleitoral criada pelo PMDB e, mais que isto, o fato de terem depositado nas mãos dos aventureiros políticos inteiramente despreparados culturalmente que acabaram elegendo e que se decidiram a "reinventar a roda" no campo da alta tecnologia, a arma que lhes permite pensar que podem "reinventar o Brasil" também, desprezando todas as experiências institucionais anteriores que tivemos e, além destas, as experiências institucionais de outros povos que já caminham há mais tempo na estrada da democracia balizada pelas constituições. Temos a certeza de que todos eles hoje desejariam ver os monstros jurídicos, sucessivamente paridos por esta Assembléia Nacional Constituinte, terem o único destino que merecem, ou seja, a lata de lixo.

Mas quanto ao modo pelo qual funciona esta fábrica de monstros, o diagnóstico de Simonsen é de rara felicidade. Ele falava em um contexto mais abrangente, mas a associação perversa entre a "subcultura" e o "oportunismo" está perfeitamente ilustrada em dois dos enredos da última versão da Comissão de Sistematização sobre dois aspectos do mesmo tema. A subcultura, isto é, "a sensibilidade inconsequente que, querendo fazer o bem, pratica o mal", é a responsável, entre outras coisas, pela parte do projeto que se refere à estabilidade no emprego e às "demissões imotivadas" para os trabalhadores em geral. A proposta nasce da sensibilidade ferida dos constituintes com situações às vezes injustas em que são despedidos trabalhadores; à sua revolta contra os fatos da vida que, às vezes, sacrifica inocentes etc. Mas é a sua inconsequência que os leva para o lado errado; que os leva a tentar corrigir a vida por decreto e a incluir numa Constituição regras para a contratação e demissão de empregados. Querem fazer o bem, isto é, ajudar os trabalhadores a terem uma vida melhor. Mas acabarão praticando o mal, isto é, criando uma insegurança tal no mercado empregador que o número de ofertas de empregos, num primeiro momento, será reduzido pelo medo das consequências de uma contratação, e, no segundo momento, depois que as regras sobre indenizações massacrantes tiverem sido aplicadas por algum tempo e depois que a estabilidade tiver eliminado a competição e a motivação dos trabalhadores para aumentar a produtividade, irá desaparecendo, junto com as empresas. É mais uma daquelas "boas intenções que pavimentam o inferno" mas, ao menos, existe uma "justificativa moral", digamos assim, para uma proposta como esta.

Agora, o oportunismo do tipo mais rasteiro e abjeto é o responsável pela proposta assinada — ora vejamos! — pelo sr. Michel Temer, professor universitário, especialista em Direito Constitucional, ex-secretário de governo de São Paulo, auxiliado por um jurista, Adilson de Abreu Dallari, indicado pelo governador do Estado para assessorar os constituintes paulistas. Ambos, portanto, não suscetíveis de "praticar o mal pensando que estão fazendo o bem". Por tudo que sabem e estudaram, se praticam o mal é mesmo porque são "aquilo"...

Muito bem, estes dois sábios senhores introduziram no artigo 61 das Disposições Transitórias do famigerado Cabralão um dispositivo pelo qual centenas de milhares de funcionários públicos (talvez milhões já que, só em São Paulo, sob a rubrica "professores temporários" — muitos deles comprovadamente analfabetos, meros cabos eleitorais recebendo pagamento por "serviços prestados" — seriam mais de 200 mil os "beneficiados"); pelo qual centenas de milhares de funcionários públicos federais, estaduais e municipais, dizíamos, admitidos sem concurso, nomeados "politicamente", ilegalmente e até inconstitucionalmente (para não falarmos no óbvio imoralmente) serão efetivados em seus cargos e "estabilizados" para sempre neles, desde que tenham mais de cinco anos no "serviço" e mesmo que nunca tenham comparecido aos seus locais de trabalho. O que vale é a data da nomeação. E o pior é que a medida não vale apenas para os funcionários da administração direta e indireta mas também para todos os empregados das estatais!!!

A indecência de uma proposta como esta, principalmente num país onde todos os níveis da administração pública e todas as empresas estatais estão falidas, com a conseqüente sobrecarga de miséria para uma população já miserável, faria corar até os mais legendários oportunistas da história republicana brasileira antes desta "Nova" República. Que tivesse sido proposta por qualquer um dos ignorantes que pululam nesta Constituinte ou mesmo por líderes sindicais que confessam nunca terem lido nada senão a Gazeta Esportiva e cujo interesse declarado é que quanto pior fiquem as coisas para o

País melhor para a "revolução", ainda seria compreensível.

JORNAL DA TARDE

Mas estes de quem ela partiu — um dos quais, mesmo tendo sido secretário estadual, não conseguiu nas urnas mais que uma suplência de deputado — são daqueles que "não são tão tolos a ponto de acreditar" que o que estejam propondo seja justo ou seja certo. O que desejam manter "é a capacidade do Estado de resolver os problemas de uma elite política utilizando o dinheiro do contribuinte"; é "tocar xaxado para poderem continuar tomando champanhe"; é constituírem a clientela eleitoral que lhes faltou nas urnas. São a mais sórdida expressão de tudo que de pior a "cultura política brasileira" já produziu.